

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: SIMONE CRISTINA DE FARIA

TÍTULO: A VILA E SEU TERMO: CAMPANHA DA PRINCESA, CONFLITO, JUSTIÇA E ACOMODAÇÃO NA DEMARCAÇÃO DOS LIMITES ENTRE MINAS GERAIS E SÃO PAULO - 1790-1820

AUTORES: SIMONE CRISTINA DE FARIA, SIMONE CRISTINA DE FARIA, MAYARA EDUARDA VIEIRA LEITE

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): Fapemig

PALAVRA CHAVE: CAMPANHA, FRONTEIRA ABERTA, SERTÃO, CONFLITO E ACOMODAÇÃO

RESUMO

A presente proposta de trabalho tem como finalidade estabelecer uma reflexão sobre os conflitos e estratégias envolvendo a demarcação dos limites entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais e sua relação com a formação da elite política sul mineira, através da análise da documentação administrativa da região sul da Capitania de Minas Gerais, no período correspondente ao intervalo entre os anos de 1790 a 1820

O território onde hoje se encontra Campanha era uma fronteira aberta entre a Capitania de Minas e São Paulo, conhecido como "sertão" até tornar-se arraial em 1737, quando o ouvidor de São João Del Rey, José Cipriano da Rocha, tomou conhecimento do local e fundou o Arraial de São Cipriano. Em 1739, o arraial já havia prosperado; é criado então, pelo bispado de São Paulo, a freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde, o que demonstra já a articulação na disputa de limites entre mineiros e paulistas.

A pesquisa busca entender como a elite local vai se articular perante o cenário social e político que se desenha entre o final do século XVIII e início do XIX. A região se tornou importante para a economia de Minas, uma vez que a atividade agropecuária era consideravelmente forte. Diante disso, era interessante que a freguesia se elevasse à vila, e a elite vai se organizar para que isso aconteça.

Os procedimentos metodológicos foram estabelecidos em etapas que vão desde o levantamento bibliográfico das temáticas sugeridas, direta ou indiretamente, pelo trabalho de pesquisa; até a elaboração de fichas considerando as informações catalogadas sobre a documentação consultada em que constam documentos diversos, entre eles pedidos de concessão de sesmarias, cerca de 40 documentos sobre Campanha da Princesa ou Campanha do Rio Verde e cerca de 50 documentos sobre Lavras do Funil.

O trabalho analisa as fontes disponíveis no Centro de Memória Cultural Desembargador Manoel Maria Paiva de Vilhena – CEMEC e no Arquivo Público Mineiro, e para além das fontes acima citadas, investiga também inventários, testamentos, livros de cartório de 1º e 2º ofício, cartas precatórias, justificações de remoção de terras, cobranças de dívidas, entre outros documentos.

É possível, a partir dessas fontes, entender a oscilação econômica e atividades às quais as pessoas da região eram ligadas, como e em quais circunstâncias recorriam a São João Del Rey e em quais possibilidades podiam recorrer à capitania de São Paulo.

Tais divergências acarretavam prejuízo à população do arraial, divididas e distantes dos centros de autoridade que reivindicavam a posse do território. Dessa maneira, buscamos analisar o papel desempenhado por membros da elite sul mineira e dos demais moradores do termo de Campanha frente às referidas disputas e sua posição com relação às medidas adotadas pela Corte. Tal elite política reivindicava a criação da vila, a fim de cessarem os prejuízos decorrentes da falta de autonomia do arraial diante da cabeça da comarca e da capitania paulista.

Com as transformações políticas e econômicas nas Minas, no século XVII, a criação da Vila da Campanha da Princesa e o papel fundamental da região sul na economia imperial, a elite política sul mineira reforçou o seu papel na participação política do Império, tornando-se agora representante de Minas Gerais na disputa pela fronteira com São Paulo.